

Resposta dada por Pascal Lamy em nome da Comissão*(19 de Março de 2001)*

1. As médias ponderadas dos direitos aduaneiros aplicáveis aos produtos não agrícolas em 1998 foram as seguintes:

	Comunidade	Japão	Estados Unidos
Todos os produtos:	3,872	1,979	3,436
Produtos tributáveis:	5,191	6,569	4,828

%

(Fonte: base de dados integrada da Organização Mundial do Comércio – OMC).

2. Não se encontram disponíveis as informações necessárias para responder à segunda parte da pergunta.

(2001/C 235 E/211)

PERGUNTA ESCRITA E-0338/01**apresentada por Christopher Huhne (ELDR) à Comissão***(13 de Fevereiro de 2001)*

Objecto: Preços dos produtos de base

Em complemento da resposta dada pelo Comissário Fischler, em 11 de Outubro de 2000, à pergunta escrita E-2730/00⁽¹⁾, a Comissão poderá explicar por que razão as informações de que dispõem as entidades reguladoras dos mercados em questão não compreendem números mais actualizados?

⁽¹⁾ JO C 113 E de 18.4.2001, p. 159.

Resposta dada pelo Comissário Fischler em nome da Comissão*(16 de Março de 2001)*

Na sua pergunta escrita E-2730/00, o Sr. Deputado solicitou uma estimativa da Comissão da diferença percentual, nos últimos cinco anos, entre os preços comunitários dos cinco produtos agrícolas mais importantes, no final de cada ano, e os preços dos mesmos produtos nos mercados mundiais. Na resposta a essa pergunta, foram utilizados elementos extraídos de uma base de dados da OCDE de estimativas de apoio aos produtores (estabelecida pelo secretariado da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos com base numa metodologia acordada entre os países da OCDE), referentes ao período 1995/1998.

Na gestão das organizações comuns de mercado, a Comissão baseia-se em informações específicas e actualizadas sobre os preços nos mercados internos e nos mercados mundiais. Esses elementos podem variar de dia para dia ou de semana para semana, dependendo, entre outros factores, do mercado em questão, da especificação e utilização final dos produtos e do país de origem. Os dados estão à disposição das entidades reguladoras dos mercados (incluindo os agentes dos Estados-membros) através dos comités de gestão existentes.

(2001/C 235 E/212)

PERGUNTA ESCRITA E-0339/01**apresentada por Marielle De Sarnez (PPE-DE) à Comissão***(13 de Fevereiro de 2001)*

Objecto: Cimeira Mundial da Criança de Setembro de 2001

Na reunião dos ministros europeus responsáveis pelos assuntos relacionados com a criança, realizada em Paris em 20 de Novembro de 2000, os problemas relativos à criança e à família foram amplamente abordados, o que levou os ministros a decidir que seria organizado todos os anos um Dia Europeu dos Direitos da Criança.

Recorde-se, igualmente, que na sequência desta reunião foi decidido que o Observatório Europeu da Infância seria relançado, que seria criado um número de telefone europeu de emergência para as crianças maltratadas e que seria elaborado um código europeu de ética para a qualidade dos programas audiovisuais.

Tendo em conta que em Setembro de 2001 terá lugar em Nova Iorque a Cimeira Mundial da Criança, que medidas tenciona a Comissão adoptar para concretizar os resultados da reunião de ministros de 20 de Novembro de 2000, a fim de que a Europa possa ser considerada como pioneira em matéria de política de protecção da criança e de promoção da família?

Resposta dada por Poul Nielson em nome da Comissão

(8 de Maio de 2001)

Em 20 de Novembro de 2000, em Paris, os ministros europeus responsáveis pelos assuntos relacionados com a criança chegaram a acordo sobre um plano de acção comum incluindo iniciativas para a defesa dos direitos das crianças e, nomeadamente, a criação de instrumentos para o acompanhamento operacional. Atendendo ao contexto intergovernamental dos resultados acordados na reunião ministerial, a Comissão não tomará qualquer iniciativa específica.

Apesar de numerosas intervenções pertinentes para as crianças não existe actualmente uma política comunitária explícita ou formalizada em matéria infantil. Em especial, no domínio da ajuda humanitária é dada uma atenção particular à situação das crianças nos casos de conflito. No entanto, a Comissão participará, em coordenação com os Estados-membros, no processo preparatório e na sessão especial sobre as crianças e pensa apresentar na sessão especial um documento expondo os factos que dê uma visão global das actividades empreendidas em apoio das crianças, incluindo no domínio da cooperação para o desenvolvimento.

(2001/C 235 E/213)

PERGUNTA ESCRITA E-0340/01 apresentada por Giovanni Pittella (PSE) à Comissão

(13 de Fevereiro de 2001)

Objecto: Segurança do abastecimento de energia

O recente relatório da Comissão (29 de Novembro de 2000) lança um novo e profundo debate sobre a «segurança do abastecimento de energia», salientando as perspectivas negativas de dependência dos países da UE para os próximos 30 anos, agravada pelo iminente alargamento a países que não dispõem de recursos naturais/energéticos significativos. A Comissão prevê que nos próximos 20/30 anos as importações de energia vão aumentar 20% (de 50% actualmente para 70%). Em 1999 as importações atingiram um montante de 240 mil milhões de euros (500 000 biliões de liras), equivalente a 6% da totalidade das importações. Actualmente 45% do petróleo é importado do Médio Oriente e 40% do gás da Rússia. No que respeita aos hidrocarbonetos prevê-se uma redução significativa da procura de 41% para 38% em 2030.

Neste contexto, Abruzzo (onde, em 1863, foi pela primeira vez perfurado em Itália, em Tocco, Casauria, o primeiro poço de petróleo — o terceiro no mundo, depois dos EUA e da Roménia) apresenta um potencial petrolífero subestimado. A recente e prometedora descoberta da jazida de C. da Lazzaretto (entre Francavilla e Ortona), actualmente em fase de experimentação, confirma o interesse de que se reveste toda esta zona e não é evidente que a ENI possa manter uma grande parte das licenças de prospecção sem investir em actividades de exploração, bloqueando de facto uma situação que poderia ter resultados positivos.

A jazida da AGIP em Ortona é importante não só do ponto de vista laboral, mas sobretudo no que respeita à economia das indústrias conexas. Com efeito são quase 500 as pessoas que aí trabalham e nestes últimos trinta anos de presença surgiu um sistema de produção e de economias, incluindo a hotelaria, que gira em torno desta estrutura.